



CLIPPING INTERNET
05/12/2019 ATÉ 05/12/2019



INDÍCE

1	CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
	1.1 SITE O PROGRESSO.....	1
2	DECISÕES	
	2.1 BLOG DO ACÉLIO.....	2
	2.2 BLOG VANDOVAL RODRIGUES.....	3
	2.3 SITE CODÓ NOTÍCIAS.....	4
3	INSTITUCIONAL	
	3.1 BLOG ALDIR DANTAS.....	5
4	POSSE	
	4.1 BLOG DO MINARD.....	6
	4.2 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	7
5	PRESIDÊNCIA	
	5.1 BLOG LEONARDO CARDOSO.....	8
	5.2 SITE O MARANHENSE.....	9

Piauí, Paraíba e Maranhão cobram as custas judiciais mais caras do país

DF, RN e SP possuem o acesso à Justiça menos oneroso, segundo a criteriosa pesquisa migalheira feita ao longo dos últimos anos.

No último dia 28, o STJ sediou uma audiência pública promovida por um grupo de trabalho constituído pelo CNJ para discutir as custas processuais no país. Atualmente, essas taxas são disciplinadas por leis estaduais, que fixam os valores de diversas formas.

Enquanto alguns Estados levam em consideração o valor específico da causa para aferir as custas, realizando o cálculo com base em uma porcentagem do valor atribuído à causa, outros entes federativos estipulam as custas a serem pagas a partir de tabelas, com diferentes faixas, variando as custas conforme os valores das causas (px. causa de R\$ 1 mil a R\$ 10 mil, "x" de custas, e assim por diante). Em virtude disso, as custas judiciais em todo o país possuem valores absurdamente discrepantes, fazendo o acesso à Justiça tupiniquim ser um verdadeiro samba do crioulo doido.

É o que revela, historicamente, criteriosas pesquisas feitas pelo site Migalhas ao longo dos anos. Com efeito, assim como já fizemos em outras ocasiões, este ano fomos novamente apurar quanto custa a jurisdição em cada Estado da Federação.

Os resultados impressionam, já que os valores a serem desembolsados pelo jurisdicionado, numa hipotética ação com valor de R\$ 100 mil, pode mudar de R\$ 558, no DF, até vultosos R\$ 7 mil, no Piauí, onde praticadas as custas mais altas do país.

Confira abaixo a incrível diferença de valor das custas judiciais nos Estados brasileiros, a partir de uma hipotética ação cujo valor atribuído à causa seja de R\$ 100 mil:

Estado Custas Judiciais 2019
(valor da causa:
R\$ 100 mil)
Piauí R\$ 7.750,00
Paraíba R\$ 6.567,35
Maranhão R\$ 4.941,10
Bahia R\$ 4.659,84
Goiás R\$ 4.037,68
Amazonas R\$ 3.609,14
Sergipe R\$ 3.226,29
Ceará R\$ 3.089,58
Mato Grosso do Sul R\$ 2.994,21
Pará R\$ 2.993,93
Santa Catarina R\$ 2.800,00
Rio de Janeiro R\$ 2.768,80
Tocantins R\$ 2.601,00
Rio Grande do Sul R\$ 2.500,00
Mato Grosso R\$ 2.000,00
Pernambuco R\$ 1.954,13
Alagoas R\$ 1.809,03

Amapá R\$ 1.660,63
Roraima R\$ 1.528,66
Espírito Santo R\$ 1.523,80
Acre R\$ 1.500,00
Paraná R\$ 1.456,17
Minas Gerais R\$ 1.252,67
Rondônia R\$ 1.000,00
São Paulo R\$ 1.000,00
Rio Grande do Norte R\$ 708,55
Distrito Federal R\$ 550,58

* Para realizar a pesquisa, Migalhas levou em conta o ajuizamento de uma ação civil ordinária de cobrança na capital de cada Estado com valor da causa estipulado em R\$ 100 mil.

** Os valores são aproximados. Por isso, pode haver variação conforme o número de destinatários, além de local da intimação; gastos com oficial de Justiça, contador, protocolo; entre outras variáveis.

Custas x Renda

Na ocasião da audiência pública ocorrida no STJ, o conselheiro do CNJ Henrique Ávila ressaltou a importância de se debater os custos para se ter acesso à Justiça no país e afirmou que o grupo de trabalho atuará fornecendo subsídios tanto para Congresso, para que seja elaborada uma lei geral de custas e gratuidade da Justiça, quanto para o próprio CNJ, a quem caberá medidas e atos normativos para regular a questão.

Para ele, a fixação de um valor justo para as custas é essencial para o bom funcionamento da Justiça.

“Temos que avaliar a questão e construir propostas que não tornem o custo pela busca pela Justiça elevado demais e, assim, impeditivo para que as pessoas reivindiquem seus direitos; e não pode ser muito barata e servir de estímulo para que todas as questões sejam judicializadas.”

Pela pesquisa realizada por Migalhas, é possível constatar que o valor das custas judiciais em cada Estado também não é condizente com a renda per capita em cada unidade da Federação. Isso porque, no DF, onde as custas são as mais baixas, a renda per capita é a mais alta do país. Enquanto isso, no Maranhão, que possui a renda per capita mais baixa segundo os dados do IBGE de 2018, as custas judiciais quase alcançam a cifra dos R\$ 5 mil, sendo o 3º valor mais alto do país.

Fonte: Migalhas

Escolhidos os novos magistrados das Turmas Recursais de Caxias, Pinheiro, Chapadinha e Bacabal

por Acélio em 5 de dezembro de 2019

Escolhidos os novos magistrados membros das Turmas Recursais de Caxias, Pinheiro, Chapadinha e Bacabal, em sessão plenária administrativa de ontem, quarta (4).

?

#Caxias - Juiz Aílton Gutemberg Lima (membro titular);

?

#Pinheiro - Magistrada Cynara Freire (titular); juíza Tereza Palhares Nina (suplente);

?

#Chapadinha - Juiz Cristiano Regis da Silva (titular); juíza Claudilene Moraes de Oliveira (suplente) ;

#Bacabal - Magistrada Gláucia Helen Maia de Almeida (titular).

Juízes são empossados na Comarca da Ilha de São Luís

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, empossou, nesta quarta-feira (4), os magistrados Cristiano Simas de Sousa, Kariny Reis Bogéa Santos e Joelma Sousa Santos na Comarca da Ilha de São Luís, na qual atuarão como juízes auxiliares.

O desembargador Joaquim Figueiredo desejou sucesso aos magistrados na nova jornada profissional. “Exerçam suas atividades com independência. Busquem a eficiência e a efetividade de suas decisões, baseados na ética, generosidade e tolerância. Tenham ao final de cada dia de trabalho, a satisfação do dever cumprido”, assinalou o presidente do TJMA.

Cristiano Simas de Sousa - titular da 1ª Vara da Comarca de Chapadinha e atualmente juiz auxiliar da Presidência do TJMA - foi promovido por merecimento.

“Esperei 17 anos por essa promoção, período em que me dediquei exclusivamente à magistratura. É um momento importante na minha trajetória profissional. Fico muitíssimo feliz com o reconhecimento do meu trabalho”, frisou.

Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Santa Inês (entrância intermediária) e atualmente juíza auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça (CGJMA), a juíza Kariny Reis Bogéa Santos também foi promovida pelo critério de merecimento.

“É um dia muito especial na vida de todos nós. A palavra é de agradecimento a Deus pelo aprendizado, pela experiência adquirida e por termos contribuído com a população das comarcas onde atuamos. Agradeço ao Tribunal de Justiça pelo incentivo, apoio, renovando o compromisso de estar sempre buscando contribuir para o aperfeiçoamento da Justiça”, pontuou.

Já a juíza Joelma Sousa Santos, titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Paço do Lumiar, foi promovida pelo critério de antiguidade. “Estou muito feliz em chegar na entrância final após 21 anos de judicatura. Estou pronta para servir o jurisdicionado da capital”, ressaltou.

A posse ocorreu no Gabinete da Presidência do TJMA, com a presença dos desembargadores Lourival Serejo (vice-presidente do TJMA), José Jorge Figueiredo dos Anjos (vice-diretor da Escola Superior da Magistratura), Maria das Graças de Castro Duarte Mendes, juízes, diretores e familiares dos magistrados empossados.

A leitura do Termo de Compromisso e Posse foi feita pelo diretor-geral do TJMA, Mário Lobão. As promoções foram aprovadas na sessão plenária administrativa ordinária desta quarta-feira, 4 de dezembro.

Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Joaquim Figueiredo, entrega 65 obras de construção, revitalização e reformas em prédios do Judiciário

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador Joaquim Figueiredo, entregou, até agora, 65 obras de construção, revitalização e reformas em prédios do Poder Judiciário no Estado.

“As obras representam o efetivo compromisso do Tribunal de Justiça do Maranhão de oferecer melhores serviços de atendimento aos seus jurisdicionados, no pleno exercício de suas funções institucionais e constitucionais, permitindo, democraticamente, a todos a igualdade perante a lei”, assinalou o desembargador Joaquim Figueiredo.

Sessenta e cinco unidades prediais receberam melhorias, envolvendo serviços de reforma, manutenção predial, adequações e pequenos reparos, na estrutura dos Fóruns da Capital e interior do Estado, juizados, unidades administrativas, entre outros.

OBRAS CONCLUÍDAS

No ano de 2018, em Paço do Lumiar - Termo Judiciário da Comarca da Ilha de São Luís - o Fórum Judicial foi totalmente revitalizado, após significativas intervenções de engenharia na estrutura e espaços físicos interno e externo do prédio, constituído por três varas judiciais, um Juizado Especial e salão do júri com capacidade para 90 lugares.

No mesmo ano, o novo Fórum da Comarca de Governador Nunes Freire foi entregue à população com nova estrutura física para o funcionamento da Justiça Estadual. Alinhado à política socioambiental, implementada pelo TJMA, o Fórum tem estação de tratamento de esgoto própria, para tratar todos os dejetos produzidos em seu prédio antes de direcioná-los ao descarte, evitando a degradação do meio ambiente.

Ainda em 2018 o desembargador Joaquim Figueiredo fez, também, a entrega oficial da reforma do Fórum de Caxias, que envolveu a recuperação estrutural do prédio.

Ele instalou também a 4ª Vara de Pedreiras e inaugurou o anexo do Fórum Desembargador Araújo Neto, na referida Comarca e instalou oficialmente ainda a 2ª Vara Criminal, na Comarca de Bacabal. Ambas foram criadas pela Lei Complementar nº 198/2017.

Este ano foram inauguradas as novas instalações dos fóruns da Comarca de Presidente Dutra e o Salão do Júri de São João Batista, além das obras de reforma e ampliação do Fórum da Comarca de Tuntum.

Os serviços de reforma geral no Fórum de Vitória do Mearim também já foram concluídos e devem ser inaugurados em breve. A reforma contemplou a troca da rede elétrica e lógica, pintura geral, revisão geral no

telhado, troca de todo o piso cerâmico, troca de louças e metais de banheiros deteriorados, entre outros.

Em Imperatriz, foram concluídos os serviços de adaptação de imóvel para receber o depósito Judicial e a Vara da Mulher, com adequação de layout, instalações de divisórias; instalações elétricas, pinturas de esquadrias, paredes e teto, entre outros serviços. Também na Comarca de Imperatriz, foram feitos serviços de manutenção predial no 1º Juizado Especial Cível.

O presidente Joaquim Figueiredo também inaugurou o ginásio da Casa da Criança e as novas instalações da Assessoria de Comunicação do TJMA, na sede do Tribunal (Praça Pedro II, Centro) e do Arquivo do Poder Judiciário.

FASE DE CONCLUSÃO

Estão em fase de conclusão, a construção dos salões do Júri de Pindaré-Mirim e Raposa e a recuperação da fachada do Fórum Desembargador Sarney Costa, da Comarca da Grande Ilha de São Luís.

OBRAS EM EXECUÇÃO

A Diretoria de Engenharia do TJMA também informou que, atualmente, estão sendo realizadas obras nos fóruns de Porto Franco, Guimarães, Mirinzal, Governador Nunes Freire, Alcântara, Turiaçu, Carutapera, Pinheiro, Paulo Ramos, São Mateus e Paraibano.

Estão em andamento, ainda, a ampliação e adequação dos fóruns de Vargem Grande e Humberto de Campos.

Judiciário - Escolhidos os novos membros das Turmas Recursais de Caxias, Pinheiro, Chapadinha e Bacabal

5 de dezembro de 2019 / 08h 40

Em sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão, realizada nesta quarta-feira (4), o juiz Aílton Gutemberg Carvalho Lima (titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Caxias) foi escolhido, pelo critério de antiguidade, como membro titular da Turma Recursal do Sistema dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão, com sede na Comarca de Caxias.

A magistrada Cynara Elisa Gama Freire (titular da Comarca de Santa Helena) foi indicada como membro titular da Turma Recursal do Sistema dos Juizados Especiais do Maranhão, com sede na Comarca de Pinheiro.

Já a juíza Tereza Cristina Franco Palhares Nina (titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pinheiro) foi indicada como membro suplente da referida Turma Recursal. A indicação das duas magistradas foi pelo critério de antiguidade.

Na mesma sessão, o juiz Cristiano Regis Cesar da Silva (titular da Comarca de Santa Quitéria) foi indicado como membro titular da Turma Recursal do Sistema dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão, com sede na Comarca de Chapadinha.

A juíza titular da Comarca de São Bernardo, Claudilene Moraes de Oliveira, por sua vez, foi indicada como membro suplente da mencionada Turma Recursal. Ambos foram indicados pelo critério de merecimento.

A magistrada Gláucia Helen Maia de Almeida (titular da 2ª Vara da Comarca de Bacabal) foi escolhida, pelo critério de antiguidade, como membro titular da Turma Recursal do Sistema dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão, com sede na Comarca de Bacabal.

Escolhidos os novos membros das Turmas Recursais de Caxias, Pinheiro, Chapadinha e Bacabal

5 de dezembro de 2019 at 06:20 Nenhum comentário Jeferson Abreu

Em sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão, realizada nesta quarta-feira (4), o juiz Aílton Gutemberg Carvalho Lima (titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Caxias) foi escolhido, pelo critério de antiguidade, como membro titular da Turma Recursal do Sistema dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão, com sede na Comarca de Caxias.

A magistrada Cynara Elisa Gama Freire (titular da Comarca de Santa Helena) foi indicada como membro titular da Turma Recursal do Sistema dos Juizados Especiais do Maranhão, com sede na Comarca de Pinheiro.

Já a juíza Tereza Cristina Franco Palhares Nina (titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pinheiro) foi indicada como membro suplente da referida Turma Recursal. A indicação das duas magistradas foi pelo critério de antiguidade.

Na mesma sessão, o juiz Cristiano Regis Cesar da Silva (titular da Comarca de Santa Quitéria) foi indicado como membro titular da Turma Recursal do Sistema dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão, com sede na Comarca de Chapadinha.

BREVE EM CODÓ

A juíza titular da Comarca de São Bernardo, Claudilene Moraes de Oliveira, por sua vez, foi indicada como membro suplente da mencionada Turma Recursal. Ambos foram indicados pelo critério de merecimento.

A magistrada Gláucia Helen Maia de Almeida (titular da 2ª Vara da Comarca de Bacabal) foi escolhida, pelo critério de antiguidade, como membro titular da Turma Recursal do Sistema dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão, com sede na Comarca de Bacabal.

Pergentino Holanda

O juiz de Direito Cristiano Simas de Sousa, auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, foi empossado ontem na Comarca da Ilha de São Luís, depois de 17 anos aguardando a promoção, período em que se dedicou, exclusivamente, à magistratura. O juiz foi empossado pelo presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo dos Anjos, que, também, empossou os magistrados Kariny Reis Bogéa Santos e Joelma Sousa Santo

Desembargador Joaquim Figueiredo entrega 65 obras de construção, revitalização e reformas em prédios do Judiciário

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, entregou, até agora, 65 obras de construção, revitalização e reformas em prédios do Poder Judiciário no Estado.

"As obras representam o efetivo compromisso do Tribunal de Justiça do Maranhão de oferecer melhores serviços de atendimento aos seus jurisdicionados, no pleno exercício de suas funções institucionais e constitucionais, permitindo, democraticamente, a todos a igualdade perante a lei", assinalou o desembargador Joaquim Figueiredo.

Sessenta e cinco unidades prediais receberam melhorias, envolvendo serviços de reforma, manutenção predial, adequações e pequenos reparos, na estrutura dos Fóruns da Capital e interior do Estado, juizados, unidades administrativas, entre outros.

OBRAS CONCLUÍDAS

No ano de 2018, em Paço do Lumiar - Termo Judiciário da Comarca da Ilha de São Luís - o Fórum Judicial foi totalmente revitalizado, após significativas intervenções de engenharia na estrutura e espaços físicos interno e externo do prédio, constituído por três varas judiciais, um Juizado Especial e salão do júri com capacidade para 90 lugares.

No mesmo ano, o novo Fórum da Comarca de Governador Nunes Freire foi entregue à população com nova estrutura física para o funcionamento da Justiça Estadual. Alinhado à política socioambiental, implementada pelo TJMA, o Fórum tem estação de tratamento de esgoto própria, para tratar todos os dejetos produzidos em seu prédio antes de direcioná-los ao descarte, evitando a degradação do meio ambiente.

Ainda em 2018 o desembargador Joaquim Figueiredo fez, também, a entrega oficial da reforma do Fórum de Caxias, que envolveu a recuperação estrutural do prédio.

Ele instalou também a 4ª Vara de Pedreiras e inaugurou o anexo do Fórum Desembargador Araújo Neto, na referida Comarca e instalou oficialmente ainda a 2ª Vara Criminal, na Comarca de Bacabal. Ambas foram criadas pela Lei Complementar nº 198/2017.

Este ano foram inauguradas as novas instalações dos fóruns da Comarca de Presidente Dutra e o Salão do Júri de São João Batista, além das obras de reforma e ampliação do Fórum da Comarca de Tuntum.

Os serviços de reforma geral no Fórum de Vitória do Mearim também já foram concluídos e devem ser inaugurados em breve. A reforma contemplou a troca da rede elétrica e lógica, pintura geral, revisão geral no telhado, troca de todo o piso cerâmico, troca de louças e metais de banheiros deteriorados, entre outros.

Em Imperatriz, foram concluídos os serviços de adaptação de imóvel para receber o depósito Judicial e a Vara da Mulher, com adequação de layout, instalações de divisórias; instalações elétricas, pinturas de esquadrias, paredes e teto, entre outros serviços. Também na Comarca de Imperatriz, foram feitos serviços de manutenção predial no 1º Juizado Especial Cível.

O presidente Joaquim Figueiredo também inaugurou o ginásio da Casa da Criança e as novas instalações da Assessoria de Comunicação do TJMA, na sede do Tribunal (Praça Pedro II, Centro) e do Arquivo do Poder Judiciário.

FASE DE CONCLUSÃO

Estão em fase de conclusão, a construção dos salões do Júri de Pindaré-Mirim e Raposa e a recuperação da fachada do Fórum Desembargador Sarney Costa, da Comarca da Grande Ilha de São Luís.

OBRAS EM EXECUÇÃO

A Diretoria de Engenharia do TJMA também informou que, atualmente, estão sendo realizadas obras nos fóruns de Porto Franco, Guimarães, Mirinzal, Governador Nunes Freire, Alcântara, Turiaçu, Carutapera, Pinheiro, Paulo Ramos, São Mateus e Paraibano.

Estão em andamento, ainda, a ampliação e adequação dos fóruns de Vargem Grande e Humberto de Campos.

POSTLINK%%

Justiça realiza audiências de conciliação para desocupação da 2ª etapa da Feirinha em Araguaína

A Justiça realiza, nesta quinta-feira (5), as primeiras audiências de conciliação com os ocupantes da segunda etapa da Feirinha, em Araguaína, dando seguimento ao processo de revitalização da área pública.

As audiências serão das 13h30 às 17h30, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus), no prédio do Fórum de Araguaína, localizado na Avenida Filadélfia.

Participarão das conciliações individuais, nesta primeira fase, moradores e comerciantes que construíram edificações no segundo quarteirão, totalizando 15 pessoas. Estarão presentes na sala de audiência o ocupante, um representante do Município e a conciliadora.

O processo de revitalização da Feirinha foi iniciado em junho do ano passado. Após a conclusão dos acordos de desocupação dos 82 imóveis do primeiro quarteirão, foi executada a demolição da primeira etapa.

A obra da primeira etapa está em fase de execução, o Mercado Municipal Nova Feirinha, previsto para ser entregue até maio de 2020.